

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO PEDAGOGIA LICENCIATURA

Jéssica Freitas

**“A QUE DIREITOS EU TENHO DIREITO?”
OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SEGUNDO JOVENS EM CONFLITO COM A LEI**

Porto Alegre
1º Semestre
2014

Jéssica Freitas

**“A QUE DIREITOS EU TENHO DIREITO?”
OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SEGUNDO JOVENS EM CONFLITO COM A LEI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Dóris Maria Luzzardi Fiss

Porto Alegre
1º Semestre
2014

RESUMO¹

O tema dessa monografia – jovens em conflito com a lei como sujeitos de direitos – remete à experiência acumulada durante dois anos de trabalho como bolsista de extensão no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pretendi, com essa pesquisa, dar voz àqueles que me inspiraram a continuar lutando por uma sociedade mais humana, questionando, junto com eles: “A que direitos eu tenho direito?”. Partindo da impressão de que os adolescentes não se reconhecem como sujeito de direitos, analisei o conceito de “direito” estabelecido por eles a partir de algumas provocações: “Na condição de autores de ato infracional, vocês consideram que têm direitos? E, se têm, que direitos são esses?”. Para a investigação dessas questões, eu me embasei nos princípios da pesquisa qualitativa (MINAYO, 2001), com trabalho de campo realizado entre março e maio de 2014 em oficinas socioeducativas oferecidas pelo PPSC. Optei pela realização de uma pesquisa-intervenção a que se somou o trabalho com Grupo Focal (RESSEL, 2008; GASKELL, 2002). A base teórica se constituiu a partir de contribuições de Ana Paula Motta Costa, Carmem Craidy e Paula Flores. Desde as análises produzidas, percebi que os adolescentes nomeiam seus direitos a partir de exemplos das experiências do cotidiano. Dessa forma, os direitos mencionados por eles não se referem a direitos constitucionais, a direitos que a eles são garantidos. Ao contrário, falam, expressam, testemunham direitos violados. Eles não falam sobre aquilo a que têm direito, mas falam a respeito dos direitos que não têm.

Palavras-chave: Direitos. Adolescente em conflito com a Lei. Oficinas socioeducativas.

¹ SILVA, Jéssica Freitas da. “*A que direitos eu tenho direito?*” *Os direitos da criança e do adolescente segundo jovens em conflito com a lei*. Porto Alegre, 2014. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Pedagogia. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

*Aos adolescentes que me
impulsionam no trabalho do
(des)acreditar...*

Agradecimentos

Ao PPSC, que me deu a oportunidade do trabalho com esses adolescentes. Nesse local, aprendi a ser trabalhadora, ética e comprometida com/para aqueles com quem trabalho...

Aos adolescentes, pelos encontros do morro com o asfalto...

À Aline, Denis, Eduarda, Lucas, Luís e Wellington pela inspiração na construção de cada linha desse trabalho...

À Magda, que, como minha coordenadora no PPSC e com seu olhar exigente, me ensinou a amar, lutar e dar o meu melhor para esses adolescentes...

À Paula, que, com seu olhar cuidadoso nas oficinas, me ensinou que, em alguns momentos devemos ser apenas ouvintes dos guris. Ela também me proporcionou o conhecimento do “quietar-me ao silêncio”...

À Carmem Craidy, que, com seu destemor, me ensinou a ir à luta pelos direitos dos guris...

Ao Fernando, que, com suas inquietudes do trabalho cotidiano no PPSC, me instigava a fazer sempre mais do que me era exigido...

Ao Alex, que me ensinou os modos flexíveis que também fazem parte de uma educação na socioeducação...

À minha orientadora, Dóris, que, mesmo temerosa na orientação desse trabalho, aceitou o desafio e imergiu na política da socioeducação...

À minha mãe, Jurema, que, mesmo não compreendendo o trabalho que desenvolvo com esses adolescentes, esteve sempre presente com seu apoio na busca do que me faz feliz...

À minha amada e sincera vó, Jussara, que, com sua preocupação e carinho, esteve sempre presente nos momentos mais importantes da minha vida...

Ao mano, a quem sempre admirei, e que incansavelmente me questionava sobre o fazer da pedagogia...

Ao meu eterno e amado Allan, que, com paciência, amor e cuidado, esteve sempre ao meu lado, confrontando ideias e me instigando a ir além...

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 APRESENTAÇÃO DO PPSC	10
3 PPSC: CRÔNICAS DO COTIDIANO	14
3.1 A CHEGADA DO MATHEUS NO PPSC: da entrevista inicial à oficina	16
3.2 A QUE DIREITOS EU TENHO DIREITO?	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS, NEM TÃO FINAIS ASSIM	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICES	39
APÊNDICE A- Roteiro de Entrevista Inicial	39
APÊNDICE B- Carta de Aceite da Instituição	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.- Artigo

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DDRH - Departamento de Desenvolvimento e Recursos Humanos

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FACED - Faculdade de Educação

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania

FASE - Fundação de Atendimento Socioeducativo

JIJ - Juizado da Infância e da Juventude

L.A. - Liberdade Assistida

MSE - Medida Socioeducativa

NUPEEVS - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Exclusão e Violência Social

PPSC - Programa de Prestação de Serviços à Comunidade

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1 INTRODUÇÃO

Tirou a mão do policial e disse: “tira a mão de mim que eu sou menor e conheço meus direitos”.

Direito é uma ova!

Dep. Magno Malta- PR/ES²

O tema dessa monografia – jovens em conflito com a lei como sujeitos de direitos – remete à experiência acumulada durante dois anos de trabalho como bolsista de extensão em uma unidade de execução de medidas socioeducativas de meio aberto (o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade/PPSC) que é vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Exclusão e Violência Social (NUPEEVS) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tal vivência não poderia ser desconsiderada, uma vez que, de forma extremamente significativa, contribuiu em minha formação como ser humano, aluna e profissional. Saio desta universidade mais humanizada graças às experiências cotidianas que o trabalho com adolescentes em conflito com a lei me propiciou. Assim, pretendi, com essa pesquisa, dar voz àqueles que me inspiraram a continuar lutando por uma sociedade mais humana, questionando, junto com eles: “A que direitos eu tenho direito?”.

Mesmo a mídia, por vezes, insinuando que os adolescentes utilizam o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) como arma em sua defesa, no trabalho como bolsista de extensão pelo PPSC, percebi que, em muitas ocasiões, eles não se reconhecem como sujeitos de direitos, parecendo não ter clareza sobre seus direitos e deveres enquanto pessoas ainda em formação. Partindo dessa impressão, analisei o conceito de “direito” estabelecido por eles a partir do que foi evidenciado em suas falas em função das provocações endereçadas por mim a eles: “Vocês consideram que têm direitos? E, se têm, que direitos são esses?”.

Para a investigação dessas questões, eu me embasei nos princípios da pesquisa qualitativa (MINAYO, 2001), com trabalho de campo realizado entre março e maio de 2014 em oficinas socioeducativas, oferecidas pelo PPSC, nas

² Vídeo “Traços e Murmúrios” produzido pelo curso de vídeo e Informática do PPSC em 2014.

quais observações e intervenções foram feitas. Optou-se pela realização de uma pesquisa-intervenção a que se somou, como técnica de pesquisa, o trabalho com Grupo Focal (RESSEL, 2008; GASKELL, 2002).

A base teórica, para fins de revisão de literatura e análise do corpus, se constituiu a partir de contribuições de Ana Paula Motta Costa relativamente ao conceito de direito, e de Carmem Craidy e Paula Flores no que refere especificamente à socioeducação e às oficinas socioeducativas.

2 APRESENTAÇÃO DO PPSC³

*Não escolhemos esse tema. Ele se impôs a nós.
Não temos a ilusão de tentar resolver [...]. Move-
nos a busca de melhor compreender para melhor
agir, de dar contribuições mesmo que não
definitivas [...].
Carmem Craidy e Liana Gonçalves⁴*

O Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC), vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Exclusão e Violência Social (NUPEEEVS), existe na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desde abril de 1997. Na época, a universidade assinou um convênio com a 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre e firmou o compromisso de receber adolescentes autores de ato infracional, para o cumprimento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), constituindo-se como uma unidade de execução de medidas socioeducativas.

Nos primeiros 4 meses, a PSC da universidade estava sob a responsabilidade do Departamento de Desenvolvimento e Recursos Humanos (DDRH). Em agosto de 1997, a professora Carmem Maria Craidy foi convidada para coordenar tal trabalho junto à Faculdade de Educação (FACED). Segundo o Art. 117 da Lei Federal Nº 8069/1990, o trabalho de prestação de serviços à comunidade consiste na

[...] realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como programas comunitários ou governamentais.

PARÁGRAFO ÚNICO - as tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais [...].

Quando a PSC passa a integrar a Faculdade de Educação, há uma preocupação em conferir um caráter mais educativo a tal medida, indo de encontro aos objetivos das medidas socioeducativas que, segundo a Lei Nº

³Cf. CRAIDY, Carmem Maria; GONÇALVES, Liana Lemos. *Medidas Socioeducativas: da repressão à educação. A experiência do Programa de PSC da UFRGS*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

⁴ *Ibidem*, p.17

12.594/2012 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – são:

- I- A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II- A integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e
- III- A desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observando os limites previstos por lei

Passa, também, a existir uma necessidade de abrir campos para a pesquisa com essa temática (CRAIDY; GONÇALVES, 2005), atendendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da universidade, expresso no Art. N° 207 da Lei Federal de 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (grifo meu). Da preocupação ampliada com o caráter educativo da PSC derivam objetivos outros que começam a integrar o cotidiano do trabalho no PPSC, sendo eles:

- Oportunizar que adolescentes em conflito com a lei vivenciem experiências positivas de trabalho;
- Acompanhar, motivar e orientar os adolescentes para que retornem, quando for o caso, à escola;
- Acompanhar adolescentes a serviços especializados;
- Gerar, na vida cotidiana da universidade e da sociedade, um novo olhar sobre a problemática do adolescente em conflito com a lei, sobre a violência e sobre a exclusão social;
- Desenvolver pesquisa na problemática vivida pelos adolescentes e na área da socioeducação, buscando avanços na construção de uma pedagogia voltada a ela.⁵

⁵ Cf. Projeto Político Pedagógico do PPSC (em construção).

Tais objetivos levaram o PPSC a seguir os seguintes princípios, com relação à medida socioeducativa (CRAIDY; GONÇALVES, 2005):

- Não ser considerada como uma simples punição, através da colocação do adolescente no trabalho, o que poderia gerar uma visão negativa da medida e até mesmo do trabalho;
- Revestir-se de significado social e ético;
- Proporcionar, sempre que possível, que as atividades a serem desenvolvidas oportunizem novas aprendizagens e/ou acesso a novos conhecimentos;
- Possibilitar que o adolescente sinta-se útil e possa refletir sobre as ações praticadas no passado e sobre o que visualiza para o futuro;
- Oportunizar relações pessoais positivas favoráveis ao adolescente que a cumpre.

A fim de que esses objetivos e princípios possam ser alcançados, se torna de fundamental importância a figura de um orientador no local de cumprimento da medida, ou seja, no setor⁶ onde o adolescente executará suas tarefas. Tal sujeito deverá se configurar como um educador, uma vez que fará uma ligação entre o trabalho a ser executado e o adolescente, propiciando relações positivas do jovem com o espaço de trabalho e com os demais trabalhadores, preservado o caráter educativo da medida. Além do orientador no setor, no PPSC temos a figura do 'referência', que é uma pessoa da equipe (pedagoga/o, psicóloga/o, estudante de pedagogia, estudante de psicologia, pós-graduanda/o em Educação, residentes do Educa-Saúde) que já tem algum tipo de vínculo com o adolescente e passa a acompanhar toda a sua trajetória, se possível, no PPSC.

No seu trabalho inicial, o PPSC atendia adolescentes de diferentes regiões de Porto Alegre. Em 2007, quando já havia ocorrido a municipalização das MSE⁷, o PPSC passa a trabalhar em parceria com o PEMSE das regiões

⁶Atualmente, o PPSC conta com a parceria de 5 setores da Universidade: Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Gráfica da Universidade, Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) e Prefeitura do Campus Central.

⁷ Em 2000, ocorreu a municipalização das medidas socioeducativas de meio aberto. A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), representando o município de Porto

da Lomba do Pinheiro e do Partenon. Em 2010, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o PEMSE passou a integrar as ações desenvolvidas pelos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), que é o serviço de assistência especializado no atendimento de indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos (FLORES; OLIVEIRA, 2012). O PPSC já atendeu, aproximadamente, 1.400 jovens desde a sua criação em 1997.

Alegre, e a 3ª Vara do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, firmaram convênio para a execução em conjunto do Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PEMSE). Com isso, em 2002, quando o convênio da Universidade com o Juizado da Infância e da Juventude expirou, um novo convênio foi assinado com o PEMSE.

3 PPSC: CRÔNICAS DO COTIDIANO

[...] os procedimentos, os métodos e as próprias questões de partida, adotados para realização da pesquisa estão ligados à criação de elos, links, conexões entre objeto pesquisado e o próprio pesquisador.
Édio Raniere⁸

Falar do trabalho no/do PPSC, falar sobre a vida dos adolescentes que dão vida a esse Programa, falar do acompanhamento que técnicos, professores e estudantes fazem, falar das oficinas. Eis os desafios assumidos por mim diante de uma escrita acadêmica que, nela mesma, aparece, em muitas ocasiões, de forma “fria” e “crua”. Como produzir uma escrita que seja capaz de elucidar, da forma mais verídica possível, os sentimentos vividos em um trabalho humanizador? Como dar vida a uma escrita dura e rígida?

Pensando em formas de escrita nas quais se percebiam os ruídos do cotidiano no PPSC e seus significados para os jovens em conflito com a lei é que pretendo revisitar as experiências vividas por mim, enquanto bolsista de extensão, assim como as falas dos adolescentes, a partir das práticas no PPSC, através de “Crônicas do PPSC” onde se constitui um diálogo entre o cotidiano e as referências bibliográficas. Tais crônicas estão subdivididas em duas partes: A chegada do Matheus⁹ no PPSC - da entrevista à oficina; e “A que direitos eu tenho direito?”. Cada parte se traduz como capítulo que se ocupa, respectivamente, da revisão de literatura, do desenho teórico-metodológico desse estudo e dos “achados” e descobertas produzidos a partir dele.

Todos esses elementos justificam a identificação com a pesquisa qualitativa e com os princípios a partir dos quais ela se propõe. Princípios que traduzem o tipo de investigação relatada, aqui, e que podem ser referidos como um “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e

⁸ Cf. RANIERE, Édio. *A Invenção das Medidas Socioeducativas*. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 196f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

⁹ Por razões éticas próprias à pesquisa em educação com seres humanos em situação de vulnerabilidade social, todos os nomes foram substituídos por nomes fictícios que permitem a preservação da identidade dos sujeitos que colaboraram com esse estudo.

atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 22). Assim, a pesquisa qualitativa parte dos significados das relações humanas, considerando como essas relações se dão e de que momento, contexto social se fala.

A partir das práticas cotidianas, e sendo eu integrante da equipe de coordenação das oficinas socioeducativas, responsável pelo planejamento e execução das mesmas, assumi como metodologia a pesquisa-intervenção, uma vez que as oficinas me proporcionam o contato com o grande grupo, sendo um lugar onde os adolescentes se posicionam, colocam suas questões, suas ideologias, sua cultura e ao mesmo tempo em que nós, adultos eicineiros, contrapomos questões, dialogamos, questionamos e problematizamos o que esses adolescentes trazem. Dessa forma, a oficina não se restringe a um espaço de socialização entre os adolescentes, mas se traduz também como um espaço para pensar/refletir sobre as questões que os jovens trazem, tornando o “[...] grupo da oficina um dispositivo de intervenção que desnaturalize algumas práticas, crenças e verdades consideradas como absolutas [...] em relação aos adolescentes e suas formas de conceber o contexto sócio-político em que estão submersos” (FLORES, 2011, p. 74).

Em função disso, considero a pesquisa-intervenção a metodologia que melhor dialoga com meu trabalho, uma vez que, nela,

[...] a relação pesquisador/objeto pesquisado é dinâmica e determinará os próprios caminhos da pesquisa, sendo uma produção do grupo envolvido. *Pesquisa é, assim, ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sócio-históricas e políticas que atuam nas situações e das próprias implicações, inclusive dos referenciais de análise. É um modo de intervenção, na medida em que recorta o cotidiano em suas tarefas, em sua funcionalidade, em sua pragmática* – variáveis imprescindíveis à manutenção do campo de trabalho que se configura como eficiente e produtivo no paradigma do mundo moderno (grifo meu) (AGUIAR E ROCHA apud AGUIAR e ROCHA, 2003, p. 72).

Dessa forma, a pesquisa intervenção me ajuda a pensar e refletir junto e com os adolescentes, prática já presente como metodologia nas oficinas socioeducativas.

Como técnica de pesquisa utilizarei o Grupo Focal (GF) por se tratar de “[...] grupos de discussão que dialogam sobre um tema em particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate. Essa técnica distingue-se por suas características próprias, principalmente pelo processo de interação grupal, que é uma resultante da procura de dados” (RESSEL et al., 2008, p. 780). Ou, como assinala Gaskell (2003), se constitui em “esfera pública ideal” (p. 79) haja vista que o trabalho com GF oportuniza um debate aberto e acessível relativamente a um tema de interesse comum aos participantes. Ademais, se fundamenta numa discussão racional na qual as diferenças de status entre os participantes não são levadas em consideração.

Utilizo tal instrumento por perceber que “[...] os dados obtidos levam em conta o processo do grupo, tomado como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo [...]” (KIND, 2004, p. 125). Em outras palavras, o diálogo em grande grupo pode dar visibilidade a elementos mais ricos das experiências individuais dos jovens. Experiências que, uma vez compartilhadas, suscitam reflexões e devoluções do grande grupo para os sujeitos individuais.

3.1 A CHEGADA DO MATHEUS NO PPSC – DA ENTREVISTA À OFICINA

Eram 15 horas da tarde de uma quarta-feira. A equipe do PPSC estava na sua **reunião semanal**, Sofia relatava sobre a oficina da semana, quando o telefone tocou. Allana se levanta para atender. Ao chegar ao telefone, ouve uma voz já conhecida:

- PPSC UFRGS...
- Oi, quem fala?
- Allana.
- Oi, Allana, tudo bem? Estamos aqui com o Matheus, queria saber se poderia encaixar ele na quinta-feira agora para entrevista...
- Peraí, deixa eu ver na agenda.

A bolsista de extensão fala enquanto mexe em uma agenda marrom, tamanho de um caderno de folhas A4, em espiral, e verifica a data solicitada.

- Hum, podem mandar sim, Eleandro. Qual o nome dele?
- Matheus. Vai acompanhado da mãe.

Semanalmente, a equipe do PPSC realiza uma **reunião** na qual os casos dos adolescentes são compartilhados. Passamos do acompanhamento individual para a problematização em coletivo. As situações vividas pelos

adolescentes são objeto de conversa e trocas entre a equipe, que é integrada também por membros dos Projetos de Extensão Estação Psi e G10, respectivamente.

O Estação Psi, Estudo e Ação em Política de Subjetivar e Inventar, é um Projeto de Extensão do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Faculdade de Psicologia da UFRGS¹⁰. Esse programa é composto por professores, estudantes do curso de Psicologia, bolsistas de extensão, estagiários de psicologia, profissionais residentes em saúde mental coletiva e pesquisadores. O grupo passou a trabalhar em conjunto com o PPSC em 2010, concentrando suas ações na atenção aos jovens e às equipes que trabalham com eles (LAZZAROTTO, 2012). Ele tem por objetivo desenvolver ações em psicologia social, na área de execução de medidas socioeducativas, atendendo adolescentes e equipes na rede de atenção em políticas públicas e analisando demandas da saúde nas relações intersetoriais com a educação, a assistência social e os direitos humanos.

O G10, Grupo de Assessoria a Adolescentes Selecionados pelo Sistema Penal Juvenil, integra o Serviço de Assessoria Jurídico Universitário (SAJU) da Faculdade de Direito da UFRGS, sendo caracterizado como atividade de extensão. O grupo tem por finalidade a defesa de adolescentes em situação de conflito com a lei em fase pré-processual e em fase processual (CARVALHO et al, 2012).

Os três programas de extensão – PPSC, Estação Psi e G10– atuam na perspectiva de uma defesa interdisciplinar dos adolescentes, compondo o Núcleo de Extensão do Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei (PIPA), onde ações são pensadas por um coletivo de técnicos, professores, pesquisadores, profissionais residentes em saúde mental e coletiva¹¹, estudantes dos cursos de Pedagogia, Direito, Psicologia, Serviço Social e História. Segundo Magda Martins de Oliveira¹², técnica em assuntos educacionais da UFRGS e coordenadora executiva do PPSC, o trabalho da defesa interdisciplinar se coloca dessa forma:

¹⁰ Cf. <http://www.ufrgs.br/psicologia/nucleos-e-laboratorios/epsi>

¹¹ Programa Educa-Saúde da Faculdade de Educação.

¹² E-mail compartilhado no grupo de e-mails do PIPA

A experiência se divide entre o particular - ações desempenhadas pela *defesa interdisciplinar* na assessoria dos casos – e o plano macro com uma tentativa de avaliação das políticas públicas para a juventude do Brasil, do nosso estado e do município de Porto Alegre a partir de histórias que se transformam em analisadores e que embasam a denúncia que fazemos sobre o alcance e a qualidade dessas políticas. O objetivo deste movimento empreendido pelo PIPA é que mais adolescentes sejam atendidos nas suas necessidades e que mais famílias possam apropriar-se das suas vidas e alcançar seus direitos sem que para isso tenham que contar com tantos técnicos, especialistas e “deuses”. Que os adolescentes sejam respeitados nas audiências; que não sejam condenados antes do processo legal e que cumpram medidas em programas socioeducativos sérios, comprometidos com seu processo de desenvolvimento e com a sua educação. Que a vaga na escola não esteja condicionada ao comportamento do adolescente, nem à sua roupa, ao seu endereço, ao número de faltas que teve no ano passado, ao número de vezes que evadiu, ou por estar cumprindo medida, mas que lhe seja alcançada porque a educação é um direito assegurado pelo Estado a todas as crianças e adolescentes. Que os adolescentes não sejam internados na FASE porque têm dificuldades emocionais, mentais, ou pelo abuso de drogas, ou porque suas famílias estão vulneráveis. Que nenhum adolescente seja punido com o isolamento, em lugares úmidos, sombrios e mal cheirosos e que isso seja considerado “educativo”. Que os adolescentes não sejam enxertados; que não sejam mau tratados por policiais que atuam em nome da segurança pública e que o depoimento do policial não seja mais prova suficiente para a condenação do adolescente. Que os adolescentes possam ser atendidos em serviços de saúde pensados para adolescentes e não em serviços destinados a adultos ou a crianças, com profissionais que não desejam trabalhar com a adolescência. Enfim, que todos os adolescentes possam contar com uma defesa técnica atuante e propositiva, ainda que pública, uma defesa que conheça não só os fatos e as leis, mas, sobretudo, o adolescente que defende.

- Ok, marcado! Ah, queria saber se o João apareceu para a **L.A.** Ele não veio na última oficina, e a irmã comentou que ele não estava muito bem...

- Olha Allana, ele tem **L.A.** na quinta, posso conversar com ele para saber o que tá rolando, e assim que souber de alguma coisa entro em contato.

- Tá ok. Vou ficar esperando. Até logo!

L.A., abreviatura de Liberdade Assistida, é uma das possíveis medidas aplicáveis a adolescentes autores de ato infracional (BRASIL, 1990). Consiste em uma forma de acompanhamento e controle temporário da liberdade do adolescente (BECKER, 2014), sendo o adolescente acompanhado por um período estipulado judicialmente, mínimo de 06 meses, por um técnico que atua no CREAS. Conforme o SINASE, a L.A. tem por objetivo:

[...] estabelecer um processo de acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente. Sua intervenção e ação socioeducativa devem estar estruturadas com ênfase na vida social do adolescente (família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade),

possibilitando, assim, o estabelecimento de relações positivas que é base de sustentação do processo de inclusão social a qual se objetiva. Desta forma o programa deve ser o catalisador da integração e inclusão social desse adolescente. (BRASIL, 2006, p.44).

Com isso, o técnico responsável pelo atendimento da L.A. passa a construir sentidos com o adolescente para aquele espaço (GIROTTI, 2014), sendo de sua incumbência o encaminhamento e acompanhamento do jovem em serviços de assistência social, educação e profissionalização (BRASIL, 1990, Art. N° 119).

A L.A. e a PSC integram um conjunto de medidas possíveis a serem aplicadas, por uma autoridade competente, a adolescentes autores de ato infracional. Outras medidas também possíveis são: I - Advertência; II - Obrigação de reparar o dano; III - Inserção em regime de semiliberdade; IV - Internação em estabelecimento educacional. A aplicação de uma dessas medidas deve levar em consideração a capacidade do adolescente em cumprir, as circunstâncias e a gravidade da infração (BRASIL, 1990, Art. N° 112), sendo que a última medida a ser apresentada é a internação, uma vez que deve ser aplicada apenas em casos excepcionais, ou seja, "(I) quando se tratar de um ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa, (II) por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou (III) por descumprimento reiterado e injustificado de medida anterior" (ibidem).

Passa-se uma semana. Chega a quinta-feira: 9h43min no relógio. Uma batida surda se ouve na porta. A mãe e o adolescente apresentam um envelope, mais do que conhecido pela equipe PPSC, com letras indicando onde o programa está localizado. Marcelo pega o envelope e pede para que eles aguardem. Faltam 15 minutos para o horário marcado.

A segunda gaveta do fichário cinza é aberta. Uma das pastas, intitulada "Roteiro de Entrevista", é manuseada, e uma cópia com 3 folhas do referido roteiro é pego. Os papeis começam a ser organizados para a **entrevista**. Na sala, os estagiários e bolsistas se perguntam sobre quem fará a entrevista: Laila, a residente, chegou no programa há 3 dias; Allana, há 2 anos; Marcelo, há 5 anos; e Marta, a coordenadora executiva, também há 5 anos. Decide-se que Alana e Laila realizarão a entrevista.

A **entrevista** com o adolescente e o familiar é a primeira etapa do acompanhamento, é o momento em que o adolescente, juntamente com um responsável, se apresenta para o serviço comunitário, sendo considerado pela

equipe como uma etapa crucial para o vínculo que começará a se instituir. É o momento de conhecermos o adolescente, através de uma conversa, guiada por um roteiro de perguntas (Apêndice A):

[...]dispomos de uma relação de perguntas que nos vão permitindo uma aproximação, ainda que muito inicial, com o adolescente e sua circunstância. Embora essas perguntas estejam organizadas em um roteiro, procuramos fazer com que o momento seja bastante informal e tranquilo, sem nos preocuparmos com a sequência das questões. (OLIVEIRA, 2012, p.55).

Nessa ocasião, os familiares e os adolescentes podem colocar os seus anseios e expectativas quanto à medida, também sendo, na maioria dos casos, o espaço da reclamação, da indignação, do temor. Não são raros os casos em que a mãe, figura principal como responsável, fala da violência, tanto mental e física, à qual o filho foi submetido, desde o momento em que o jovem é pego pela Brigada Militar até a audiência, quando há o encontro com o juiz.

As perguntas são direcionadas ao adolescente, porém, muitas vezes, é o familiar que o acompanha quem toma a palavra, sendo este “[...] quem defini o grau de profundidade da conversa. As informações particulares, e até mesmo íntimas, que remontam à história das famílias, quando trazidas para a entrevista, exigem que tenhamos uma postura ética e cuidadosa” (OLIVEIRA, 2012, p.58). Para o familiar, esse também se torna um espaço importante, uma vez que, em alguns casos, os adolescentes falam de suas experiências com o crime e sua relação com drogas, assuntos que, até então, poderiam não ter sido discutidos com a família.

A porta abre-se:
 - Matheus, pode passar... Tudo bem?
 - Oi, tudo bem.
 - Podem sentar.
 Uma mesa pequena, de quatro lugares, já aguarda o adolescente e sua responsável. Todos sentam-se e a conversa inicia com a apresentação do PPSC:
 - Bem, esse é o momento em que vamos fazer algumas perguntas para te conhecer melhor, saber um pouco mais de ti e também para tu nos conhecer. Meu nome é Allana.
 - Eu sou Laila...
 Allana, olhando para a mãe, pergunta:
 - Qual o seu nome?
 - Regina...
 -Então, Matheus e Dona Regina, para vocês entenderem um pouco como funciona, a tua porta de entrada, Matheus, para o cumprimento da medida, é a **oficina socioeducativa**, que acontece na terça-feira, no turno da manhã ou no turno da tarde. A oficina é um lugar de

conversa, um encontro entre tu e mais alguns outros guris. É bem tranquilo e, normalmente, os guris gostam bastante.

A **Oficina Socioeducativa** tem como proposta o oferecimento de um espaço de acolhimento e de trocas entre os adolescentes e a equipe, é um espaço de discussão coletiva das experiências da medida socioeducativa (FLORES; LAZZAROTTO, 2012). Como a medida de PSC não pode ultrapassar um período de 6 meses (BRASIL, 1990, Art. N° 117), a rotatividade de jovens nas oficinas torna-se alta. Porém, no decorrer do ano, há sempre um jovem remanescente de algum grupo anterior. No caso das atividades realizadas com o seu grupo, este adolescente remanescente é quem diz como se dá a oficina, como funciona, o que e como fazemos combinações. Esse jovem pode ser compreendido como um elo de ligação entre as oficinas já vivenciadas e o que ainda é possível ser experimentado naquele espaço. Segundo Flores (2012, p. 35) as oficinas socioeducativas estão alicerçadas em oito objetivos:

- I) Proporcionar um espaço de acolhimento;
- II) Promover relacionamento entre os adolescentes e a equipe do programa;
- III) Favorecer vínculo com o programa e a Universidade;
- IV) Organizar espaço de trocas e participações;
- V) Possibilitar o reconhecimento de si no diferente;
- VI) Oferecer a vivência de um ambiente organizado e a possibilidade de reorganizá-lo;
- VII) Proporcionar o contato com atividade e materiais diversos (informática, artes plásticas, expressão corporal e musical, etc).

Na terça-feira seguinte, Matheus comparece na **Oficina Socioeducativa**. Um grupo de novos adolescentes começa a se formar. Seria uma oficina diferente, já que não haveria nenhum jovem do ano passado, e era a primeira oficina do ano de 2014. Era um grupo diferente, com jovens que estavam na "experiência do tráfico": há 45 dias estavam traficando e acabaram "caindo". Matheus talvez fosse o jovem com maior envolvimento na criminalidade. Eram 14 horas. Os jovens já aguardavam o começo da Oficina no corredor do 6º andar da Faculdade de Educação. Allana abre a porta e convoca o grupo para entrar. Os jovens entram. Todos sentam ao redor de uma grande mesa de reunião e se olham por alguns instantes. O papo

começa com a apresentação de cada um. Os guris se olham e perguntam uns para os outros se conhecem “o fulano”, “o beltrano”. A interação na oficina inicia.

A proposta para aquele dia era de apresentar a oficina: o que se faz, o que se produz naquele espaço. Para isso, o livro que a Equipe PIPA lançou naquele ano serviria de suporte e disparador da discussão:

- Galera, a proposta de hoje é pensar o que é esse espaço de oficina, o que é uma oficina, o que fazemos aqui, o que produzimos... É... a ideia é a gente pensar junto, que vocês possam compartilhar com a gente se já participaram de alguma oficina e como foi essa participação... Para pensar essas coisas gostaríamos de ler uma produção nossa falando sobre oficina... É esse livro aqui, super bonito, que foi escrito por toda a equipe, por nós que estamos aqui, com vocês, e por todo o pessoal que "indiretamente" trabalha com vocês. Então, o que vocês acham que é oficina?

- Ah, sei lá, eu tenho pra mim que oficina é aprender alguma coisa.

- Eu participei das oficinas no CREAS, era uma parada mais de conversa e pá...

- Então, tu acha que é mais conversa, é isso?

- É mais ou menos...

- Então, eu vou ler, nesse livro, o que diz: “Oficinas socioeducativas - a oficina socioeducativa [...] nos arrasta por múltiplas forças, e opera enquanto política – uma política pública de acompanhamento de adolescentes em medida socioeducativa. Uma política produtora de rede, aberta às interferências, constituindo um comum, um espaço que abre outras possibilidades, com uma prerrogativa: compartilhar a própria experiência. Exigindo de todos um comunicar – uma ação de linguagem, de exercício de linguagem. De uma linguagem pragmática. Da vida”¹³

A oficina é considerada um dos instrumentos de acompanhamento dos adolescentes mais potencializador no trabalho da equipe do PPSC. É, normalmente, nesse espaço que os adolescentes trazem suas histórias, suas dificuldades e suas demandas. Os oficinairos precisam estar atentos ao que os jovens solicitam desse espaço.

- Então quer dizer que eu vou ter que falar tudo da minha vida aqui?
 - Se tu quiseres, pode; se tu não quiseres, não precisa... É, esse espaço é de vocês, para vocês trazerem coisas, pode ser a vida de vocês ou pode ser outras coisas...
 - Eu não quero falar da minha vida aqui!
 - Não precisa!
 - Mas foi isso que ela acabou de falar, cara! A gente fala o que quer!
 - É normal ficar falando da vida.
 - É, eu faço direto isso lá com o “seu”¹⁴.
 - Tu tá falando da tua L.A.?
 - Sim! Lá o seu fica perguntando como vai a vida do cara... às vezes eu não tô muito a fim de falar e não falo nada.
 - Mas aqui o sentido é outro, não é o mesmo objetivo da L.A., aqui

¹³ FLORES; CHAVES, 2014, p.179.

¹⁴ Termo usado pelos adolescentes, normalmente os egressos da FASE, para se referir a alguém mais velho e que, normalmente, trabalha no seu atendimento.

estamos em um grupo, podemos pensar as coisas juntos...

- Tá e a gente fica aqui cumprindo o serviço comunitário?
- Não... na verdade vocês ficam em duas oficinas obrigatórias, aí agente chama vocês para conversar em uma terceira oficina individual. Nessa oficina, vamos conversar sobre os setores em que temos vagas e a aí podem escolher o setor em que querem ficar...
- E continuamos vindo na oficina?
- Podem continuar vindo, é escolha de cada um... Nesse momento a oficina passa a não ser mais obrigatória...
- Na entrevista me falaram que termina mais rápido se continuar vindo.
- Ah, falaram isso pra mim também...
- Então, se vocês continuarem vindo na oficina depois de já terem ido para o setor, podem terminar a medida mais cedo, porque a cada três oficinas que virem, um dia é descontado no setor...¹⁵
- E sempre é aqui?
- Não, a oficina também é um espaço de circulação, e **esse ano nós estamos com uma proposta diferente, queremos pensar junto com vocês essa cidade em que estamos inseridos**, uma cidade que, mais que nunca, está sendo movimentada para a realização de um evento mundial...

Naquela tarde, a oficina seguiu daquela forma: em um momento, pensando no que aquele espaço, enquanto oficina, pode produzir e, depois, se direcionando para outras conversas e problematizações trazidas pelos próprios adolescentes, instaurando um processo de produção de uma nova história para aquele grupo de jovens, tal como citado por Flores e Chaves (2014, p. 179):

O que faz a oficina? Toma essas palavras, as torce, as (re)inventa, movimenta. Produzindo “uma” história. Uma “execução de medida” que produz naquela manhã e/ou tarde, naquele prédio da Universidade, naquele andar, na pequena sala 610. Numa determinada estação do ano, dentro de um clima político específico, dentro de uma cidade que está sendo pensada e planejada de determinada forma, dentro de um Estado, e por sua vez, dentro de um País, que também vive, pela primeira vez, sua própria experiência política de estar se efetuando enquanto um país democrático. Provoca o aparecimento de outros lugares em nossas vidas, outras possibilidades, outros exercícios de ser humano. Uma vida..

Por pensar a oficina como esse espaço de criação, potencializador de conversa, troca e vivência, é que a escolhi como um dos meus “campos” de observação na tentativa de compreender o que os jovens entendem como direito e se entendem quais os direitos que são assegurados a eles.

¹⁵ Acordo firmado com a 3ª Vara do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

3.2 “A QUE DIREITOS EU TENHO DIREITO?”

“Direito? Eu não tenho! Direito é só para pessoas direitas!”¹⁶

Por ser a oficina socioeducativa um espaço de “[...] diálogo a respeito do momento juvenil na interface com os trajetos que produziram a relação com a infração” (FLORES; LAZZAROTTO, 2012, p. 65), a questão dos direitos, na maioria das vezes os violados pelo Estado, aparecem de forma constante nas discussões e conversas. Normalmente, os adolescentes já chegam anunciando o tipo de ato infracional. Não raro, o ato infracional vem colado com a violência física e psicológica produzida por parte do Estado desde o momento da apreensão até a audiência. Em função disso, minha análise sobre o entendimento dos adolescentes acerca de seus direitos se deu a partir das conversas que ocorrem nas oficinas semanais e em um encontro, organizado na forma de Grupo Focal, no qual a temática foi direcionada para o questionamento: “A que direitos eu tenho direito?”.

Para tanto, utilizei o conceito de direito segundo uma perspectiva cultural, em que a construção do direito se dá como produto sociocultural, ou seja, um direito que é pensando em uma determinada época, em um determinado local, para uma determinada classe social. Faço, assim, referência a Costa (2012, p.67) para propor o direito “[...] como resultado de produção política, cultural e social cujo conteúdo normativo reflete o momento característico de cada agrupamento humano”.

Terça-feira. Manhã de sol. Chego no PPSC às 8:30 para organizar algumas coisas para a discussão que aconteceria sobre direitos. Ligo os computadores e a impressora. Escrevo no word, em letras maiúsculas em fonte *times* 170, as palavras: “DIREITO” e “PARA QUE(M)?”. Faço a impressão. Como a discussão estava prevista para ocorrer durante o café da manhã, colo as palavras na lata de achocolatado e no leite. A mesa para o café começa a ser organizada. Às 8:45, uma batida na porta. Matheus, um adolescente novo que iniciaria sua história na oficina, chega:

- Oi, vim pro serviço.
- OiMatheus, tudo bem? Ainda não iniciamos, pode esperar lá fora que eu te chamo.

Concentro novamente a atenção na mesa, duas facas e duas

¹⁶ Fala de um adolescente quando questionado sobre seus direitos.

colheres são colocadas sobre a mesa, assim como um pote de doce de leite. O pão de forma é colocado no forminho elétrico para ser consumido quente e torrado. O cheiro do pão começa a ser convidativo. Às 9h, os adolescentes são chamados para dar início à oficina. No corredor aguardavam: Arthur, Lúcia, Gustavo e Matheus. O grupo começa a se organizar em torno da mesa grande de reunião, onde os alimentos para o café já estão postos.

- Bah, que cheiro bom!
- É o pão que já vai ficar pronto.
- Matheus, tu já te apresentaste para o grupo?
- Não.
- Gente, esse é o Matheus, ele está iniciando aqui no PPSC.
- Eu não gosto de ser chamado de Matheus.
- E como que tu gosta de ser chamado?
- De Pitbull.

Nesse instante, chega na sala Carlos, um dos adolescentes mais ativos nas discussões realizadas em grupo.

O pão é retirado do forno e colocado no centro da mesa. Sofia, então, começa falando sobre a pesquisa que venho realizando e que, durante o café da manhã, eu gostaria de conversar um pouco com eles.

- Galera, a Allana está fazendo uma pesquisa sobre o que é Direito, eu achei muito legal a pesquisa dela, porque ela quer saber de vocês o que consideram como Direito e não ficar pensando apenas com os intelectuais adultos, mas com vocês que ainda são adolescentes.

- Pois é, gente, como alguns de vocês já sabem, eu faço Pedagogia e estou para me formar. No término da faculdade, eu tenho que realizar um estudo no qual eu devo colocar todos os conhecimentos acadêmicos adquiridos até então em um trabalho de pesquisa... [...] Aí é que entram vocês e que eu gostaria de convidá-los a me ajudar nesse trabalho. [...] A minha pesquisa é sobre Direitos e eu quero saber se vocês sabem o que é direito, o que...

- Ahhh, a gente tava vendo isso na escola, o professor de história estava vendo isso com a gente, tem aquela história lá do direito de talião...

- Ah, que legal, Carlos, tu estás vendo isso nas aulas de história... a ideia é a gente seguir pensando nisso... eu fiquei pensando nas coisas que vocês trouxeram no caminho que fizemos do fim da linha do ônibus Turismo¹⁷ até aqui, sobre as formas que vocês foram apreendidos, sobre a violência policial...¹⁸

Naquela oficina, a própria oficina se deu a partir da conversa, das experiências trazidas pelo Matheus, da sua vivência com a violência narrada em depoimentos densos e tensos. O café, que começou com os direitos inerentes a eles como adolescentes, terminou com os direitos violados, direitos fragmentados, direitos não adquiridos, direitos não vivenciados. Matheus (d)enunciou situações complexas e atravessadas por muitas variáveis. Quando

¹⁷ Na oficina anterior, fizemos o trajeto da linha Turismo com os adolescentes, uma vez que a temática principal da oficina desse ano gira em torno da cidade de Porto Alegre.

¹⁸ Por respeito a cada um dos adolescentes participantes desta pesquisa, foi necessário omitir vários trechos da conversa em que descrevem a fragilidade de seus laços sociais e de seus direitos.

perguntado se ele se reconhecia como um sujeito de direitos, ele revelou sua vida numa fala na qual esses direitos violados são recorrentes:

- [...] se pode confiar mais nos traficantes do que na polícia...
 - Ah o cara fica pensando que a qualquer momento a polícia pode vir. O cara fica atordoado. Depois eu fiquei pensando que tudo que tu já fez, um dia volta pra ti. Bah, oh, eu já entrei em casa de pessoas e bati nas mulheres, crianças, adolescentes. Quem estava no lugar levou uma, e agora é a minha família que pode passar por isso. Mas eu já avisei a minha mãe que se ele vir pra cima dela eu invado aquilo lá e um de nós sai morto.
 - [...] uma vez um cara pegou o meu irmão e bateu muito nele, deixou o guri de cama, eu fui atrás dele, fiquei dias vendo o movimento dele, pelas ruas que ele passava e tal, até que um dia eu peguei ele.

Em sua fala, percebe-se o quanto Matheus estava envolvido em situações que o colocavam como um violador de direitos, porém, a sua situação atual o levava a refletir sobre o que poderia vir a ocorrer com sua família, comparando momentos anteriores, em que foi o agressor, com o seu momento atual de possível agredido: “[...] eu fiquei pensando que tudo que tu já fez, um dia volta pra ti”. Porém, se a história desse adolescente for reduzida a ele como o grande violador de direitos, sem se pensar no seu contexto de vida, a análise tende a ser superficial e simplista por silenciar a respeito de todo o emaranhado social em que ele se encontra. Considerando os dados trazidos pela família (entrevista inicial) e pela própria história de vida enunciada por Matheus, pode-se questionar se uma medida protetiva²⁰ não teria um significado e uma incidência maiores em sua vida, tal como ponderado por Craidy (apud FLORES, 2012, p. 24):

[...] contando com os dados de 1200 adolescentes que por ele passaram (PPSC), podemos afirmar que para a maioria deles o mais necessário seriam medidas protetivas e estas, em geral, são insuficientes ou ausentes. Basta ver o perfil dos adolescentes em medida socioeducativa. Pelo menos metade não frequenta regularmente a escola e a grande maioria está em defasagem idade série. Muitos estão envolvidos com drogas e mesmo quando querem dificilmente encontram tratamento adequado. Grande parte não conta com o apoio familiar consistente e não encontra nos abrigos o acolhimento necessário.

²⁰Segundo o Art. 98 da lei nº 8069/90, as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados. Algumas medidas protetivas são: encaminhamento aos pais ou responsáveis; orientação, apoio e acompanhamento temporário; matrícula e frequência obrigatórias em escola; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico; abrigo em entidade; colocação em família substituta.

No caso específico de Matheus, o jovem se encontra na 3ª série, sendo que participou do programa "Acelera Brasil"²¹, o que já implica em estar em defasagem idade-série, uma vez que tem 17 anos. Em uma fala sua também fica explícito o quanto uma política protetiva se faz importante: "Como eu faço para me internar em uma clínica?". Na mesma oficina em que ele fez esse questionamento, Matheus falava do uso cada vez mais constante de drogas ilícitas, mais uma vez afirmando o quanto poderia ser benéfica uma medida protetiva.

Tais violências vividas por esse jovem, assim como pelos demais que participaram das oficinas que são objeto de reflexão neste trabalho, estão diretamente ligadas ao tráfico de drogas, temática que ocupa grande espaço em suas conversas. Situações são colocadas, pensadas, refletidas, comentadas e devolvidas. Matheus trouxe a sua história de vida, sua experiência com a violência vivida e presente no seu cotidiano. Por que trouxe essa situação para uma discussão em que o foco era direito? Talvez porque os adolescentes não consigam nomear o que é um direito, mas consigam pensar sobre ele a partir dos exemplos da vida prática: "Ao invés de uma ideia abstrata de justiça ou de democracia [...] guiam-se por uma ideia retirada de suas próprias experiências [...]" (ZALUAR, 1985, p. 140).

Também pôde-se perceber a importância desse elemento da vida prática quando Arthur explicou o significado da palavra direito: "Ah, tipo quando o cara vai parar na FASE, ele tem direito que o patrão dê um apoio para a coroa". Nessa fala, percebe-se que o conceito de direito está intimamente ligado aos direitos na comunidade, o direito que a eles é garantido quando são pegos (internados na Fase) por tráfico. Nesse caso, o adolescente fala de uma assistência que deve ser acionada a fim de garantir amparo à sua família. Porém, não se trata de uma assistência do Estado. O tráfico, nessa situação, é compreendido como espaço de trabalho que gera direitos, porém, sem percentual de insalubridade pelo risco de vida que correm (ZALUAR, 2004).

²¹ "Trata-se de um programa de correção de fluxo escolar, tendo como objetivo contribuir para que o aluno, em um ano, alcance o nível de conhecimento esperado para a primeira fase do Ensino Fundamental, de maneira que possa avançar em sua escolaridade. Alunos do Acelera Brasil chegam a realizar duas séries em um ano letivo, de acordo com seu aproveitamento, já que não se trata de promoção automática" (http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/programas_acelerabrasil.asp)

Dessa forma, o direito colocado por um Estado maior parece não fazer sentido nesses contextos, tornando-se necessária a implementação de um direito específico a partir do qual as “[...] regras de conduta seriam as verdadeiras formas jurídicas, pois são absorvidas de forma voluntária pelas pessoas, não resultam de decisões de tribunais [...]” (COSTA, 2012, p. 73).

A fala de Arthur provocou discussões no grupo: alguns diziam que o tráfico não estava “apoiando” tanto assim a família, outros diziam que o tráfico “cuidava” da comunidade. Os oficineiros, então, levaram o grupo a pensar por um outro viés, questionando o motivo que justifica as ações de boa vontade realizadas pela indústria do tráfico: nessa relação, existe alguma “troca” em função do “apoio” recebido pela comunidade e, também, dado por ela? Como destaca Alba Zaluar (1999, p. 280),

[...] são confusas as relações de favor e contrafavor de inúmeros moradores do morro com o “movimento”²², principalmente entre jovens. Assim como existem os sistemas de reciprocidade diretos - pelos quais o narcotráfico financia o casamento ou o enterro, garante o tratamento de saúde, subsidia a compra do cimento, etc., estabelecendo um compromisso face a face -, há inúmeros meios indiretos de reciprocidade que podem ser acionados sem que a pessoa venha a ter intenção ou consciência da relação [...].

Os exemplos de direitos mencionados pelos adolescentes não se referem a direitos constitucionais, a direitos que a eles são garantidos por serem adolescentes, por estarem em uma fase de desenvolvimento. Ao contrário, falam, expressam, testemunham direitos violados, não sabem conceituar direito e, para isso, utilizam suas experiências. Eles não falam sobre aquilo a que têm direito, mas falam a respeito dos direitos que não têm.

Outro elemento que se fez presente nesse grupo de oficina é o *status* que deve ser bancado por aquele que já está envolvido com o crime. Matheus faz parte desse processo: em seu primeiro dia de oficina, anunciou que preferia ser chamado de “Pitbull” do que pelo nome. Ele chega em um novo espaço querendo se colocar, “fazer uma banca” para o grupo, mostrando o quanto é perigoso. Quando perguntado sobre o motivo do apelido, explica:

- [...] tava [em um abrigo] eu e meu irmão, aí me deu uma coisa de ir escovar os dentes no banheiro, quando cheguei lá tinha dois gurizão

²² Zaluar utiliza o termo “movimento” para referir-se ao grupo envolvido com tráfico de drogas.

colocando a cabeça do meu irmão no vaso, aí eu fiquei louco, quebrei tudo no banheiro, vaso, pia, tudo que eu vi pela frente, aí os guri falaram “Ali, olha ali, parece um Pitbull”, aí fico o apelido.

Enquanto mencionava tais fatos, parecia se orgulhar do que colocava. Queria mostrar para o grupo de adolescentes que era “bandido”. Mais tarde, em uma conversa individual, fala sobre certo sentimento de angústia por algumas situações vividas, fala inclusive de pesadelos. Tal conversa demonstra que, na verdade, o jovem estava sofrendo com tudo o que já tinha acontecido, porém, em um grande grupo, um grupo que até então o desconhecia, necessitava afirmar sua imagem já constituída de “Pitbull”, pois o

Etos da masculinidade, muito forte na cultura da rua, constrói-se, entre eles, sem o contraponto do feminino e impõe a necessidade de responder às provocações e humilhações de modo violento. Para conseguir o respeito de seus colegas e a admiração das mulheres [...]. Segue-se a exibição constante da disposição para a briga [...]. (ZALUAR, 2004, p. 62).

Nessas conversas, nas quais sustentar o ato infracional através do “orgulho” pelo cometimento do mesmo ganha destaque, a posição que temos que tomar, como educadores e oficinairos, se torna uma questão complexa. Nesse momento, ocupamos a linha tênue que existe entre o moralizar e o problematizar. Flores (2012, p. 74) faz uma reflexão sobre essas formas:

Aqui com essas falas, e na verdade, durante a oficina somos colocados frente a frente com a questão “o que fazer com isso, com essa fala?”. Como colocar em análise, a partir desse espaço da oficina, o próprio ato infracional? [...]. Temos como prática questionar as situações, e problematizar com os adolescentes sobre as situações/contextos que os levaram ao cometimento do ato infracional. *Buscamos refletir sobre essas situações afirmando que as mesmas não são “naturais”,* pois há um plano de produção sócio-histórico e entender que esse plano é coletivo. Afirmar que estamos em rede, conectados uns aos outros. E que podemos discutir a partir das oficinas que “outras formas” pode-se dar para as situações que eles vem enfrentando isoladamente. Desse coletivo podemos imaginar saídas. (grifo meu)

Pensando nesse coletivo, no pensar juntos, é que produzimos, em um outro momento, quando utilizei o Grupo Focal, um cartaz em que os adolescentes registraram palavras/frases que caracterizassem os seus direitos. No cartaz, a palavra “direito” estava no centro.

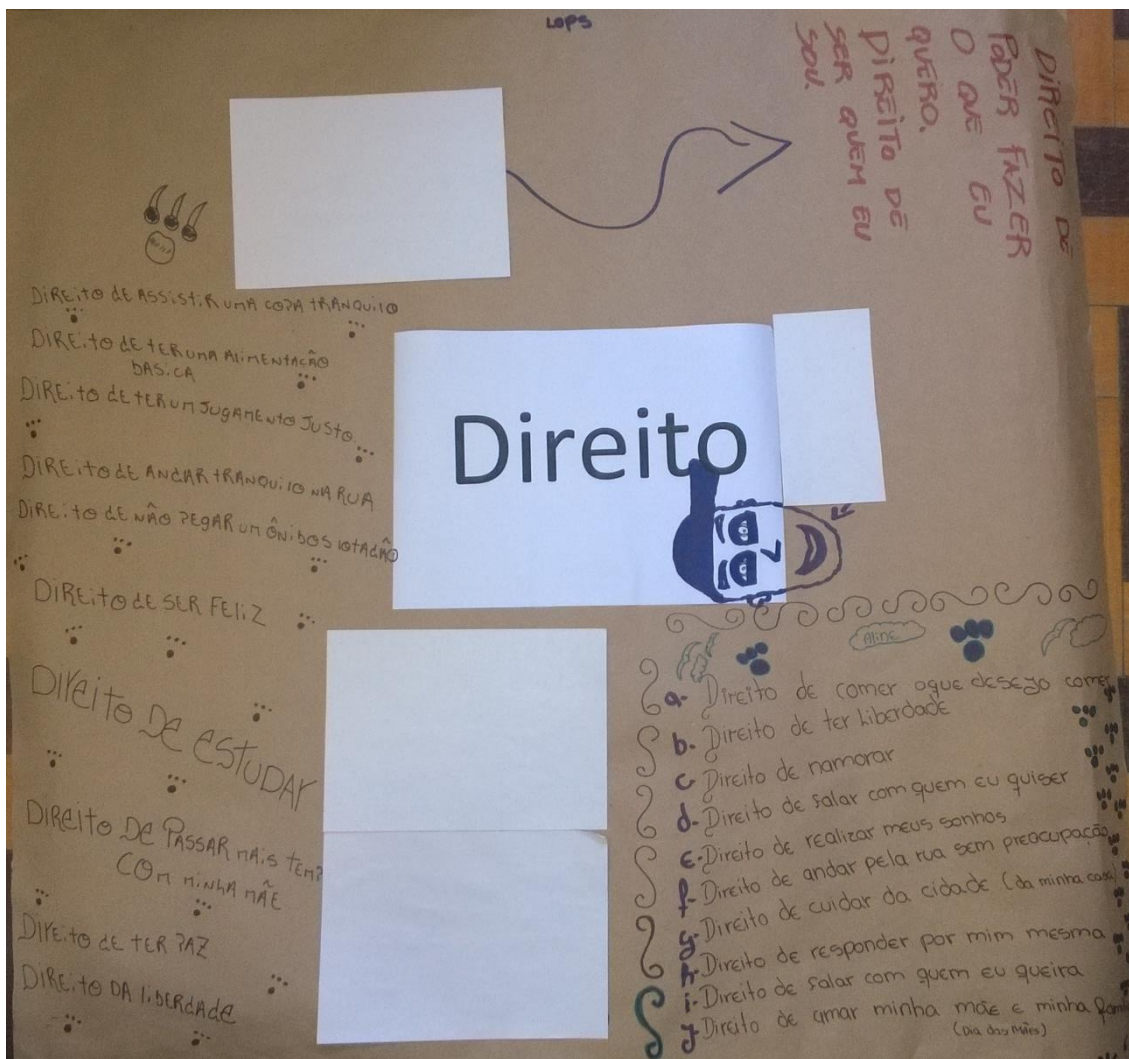


Foto: Arquivo da Autora

Antes de começarem a escrita do cartaz, questionei os adolescentes sobre o que era direito. Segundo Arthur, “[...] direito é usar do bom e do melhor, pode ser pobre mas tem direito de usar do bom e do melhor”. Importante destacar que esse jovem assume, em seu discurso, ter ingressado no tráfico para conseguir dinheiro para consumo de roupas e lazer. Nessa fala, Arthur traz o consumismo como direito associado ao direito de ter dinheiro e de poder usufruir deste nas suas necessidades como jovem, uma vez que a globalização da cultura transformou os jovens em consumidores de produtos especialmente fabricados para eles, tais como roupas e músicas (ZALUAR, 2004).

A discussão sobre direito segue até o momento em que os jovens começam a falar sobre os “Inferninho no Centro”²³. Falam da dificuldade em entrar nesses locais por serem adolescentes. Eu, então, pergunto sobre o motivo que acreditam ter para não frequentar esses ambientes: “Muita putaria” e “Arrastão na saideira” são as respostas. Mais tarde, quando novamente questiono se esses eram os motivos, Arthur diz: “Não é por isso, é que se tem uma batida (policial) quem é que vai se incomodar? O dono do inferninho! Vai pegar por corrupção de menor”.

No princípio da discussão, os jovens conseguiram perceber que o “inferninho” é um lugar inseguro e que, portanto, correm riscos por estar frequentando o ambiente. Porém, deslegitimam essa fala ao concluir que, na verdade, não podem frequentar a festa para não dar problema ao dono do lugar. Essa nova colocação possibilita evidenciar que os jovens não se percebem, novamente, como tendo direitos, como tendo direito à proteção física e emocional, antes disso consideram a proteção do “dono do inferninho” como principal justificativa para sua não entrada no local. Essas falas me provocaram a pensar sobre o conceito que eles têm sobre a sua própria condição de adolescentes, sobre o conceito “di menor” que carregam.

Quando começam a escrita do cartaz, uma das primeiras coisas a que Arthur se refere é o direito de assistir jogos. Mais tarde, quando terminava sua lista, ele pergunta: “Posso colocar o direito a assistir essa porcaria de Copa?”. Fica evidente o quanto estava ouvindo e percebendo as movimentações do país a respeito de ser sede da Copa do Mundo, não apenas a mudança macro, mas também as mudanças micro, as próprias modificações da cidade e do morro para receber os turistas que chegam.

As listas foram unânimes em afirmar sobre o direito de circular com um mínimo de segurança, o que se pode identificar nas palavras: “liberdade”, “paz”, “andar tranquilo na rua”, “poder fazer o quer”, “poder ser quem é”. Tendo essa percepção, problematizo com os jovens, após a escrita, se aqueles direitos se referiam a direitos garantidos a eles no cotidiano. Carlos foi enfático: “Claro que não!”. Novamente pergunto: “Na lista, quais são os direitos que não

²³ Gíria usada por adolescentes para se referir à festa noturna cujo ingresso é de baixo valor.

são garantidos?”. Arthur cita o “ônibus lotado” e o “andar tranquilo pela rua”. Questiono o que significa esse “andar tranquilo”. Todos começam a falar da polícia, das abordagens, dos paredões, dos choques. Concentram a atenção nas suas experiências negativas com a instituição policial. Nesse momento, penso no medo que se instaura, quase sempre, atribuído ao outro, ao que é diferente. Medo que não poupa ninguém:

[...] mais um elemento desagregador se infiltra em uma sociedade partida que precisa agora “descobrir” quem são os autores de seus medos, de quem é a culpa, essa em geral atribuída ao outro. E quem é o outro a ser responsabilizado? São as elites que não enfrentam as questões sociais, é a polícia que é despreparada, violenta e corrupta, são as comunidades pobres que abrigam o tráfico que espalha terror na cidade, é a imprensa que estampa essa fragilidade em suas manchetes, é qualquer um dentro destes novos e modernos estereótipos institucionalizados pela fragilidade das relações sociais. (D’OLLIVEIRA, 2007, p. 34).

Penso também nas contradições da sociedade: enquanto a classe média e alta pensa estar segura com uma polícia intensificada que as protege dos “vagabundos”, esses jovens, tidos como “vagabundos” pela polícia, tem seu medo e insegurança creditados à instituição que minimamente deveria garantir a segurança de todos.

Outra referência a direito que provocou reflexão foi a de Arthur: “Direito a um julgamento justo”. A que tipo de julgamento esse jovem se referia? Logo pensei nos julgamentos da justiça, no seu ato infracional, na sua medida socioeducativa, no cumprimento da sua PSC. Mas será mesmo que se referia a esse tipo de julgamento? Ou será que falava nos muitos julgamentos que enfrenta de uma sociedade que continuamente fecha os olhos para adolescentes que vivem em uma situação igual a sua? Ou será que não se referia às duas coisas - à justiça e à sociedade, que parecem ser distintas, já que a representação da justiça é a figura de uma mulher com uma venda em seus olhos, cujo principal objetivo é evitar privilégios, seja quem for o sujeito? Mas para que(m) se está fechando os olhos na busca de evitar privilégios? Para que(m) se está defendendo valores do que é justo? Para que(m) se pensa o direito?

Termino o trabalho da mesma forma que iniciei, com um questionamento, questionamento esse que não tenho a presunção de

responder, mas que tenho como objetivo continuar instigando, problematizando e desacomodando, não apenas o outro, mas também a mim, militante na busca e defesa dos direitos desses adolescentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS, nem tão finais assim...

No término da elaboração deste trabalho, com base nas falas dos adolescentes, assim como nas análises feitas sobre as mesmas, algumas inferências e propensão de continuidade de estudo podem ser mencionadas.

Com essa pesquisa, tinha eu o objetivo de investigar o conceito elaborado por adolescentes em conflito com a lei sobre direito, visando, igualmente, a dar voz a esses jovens, não falando SOBRE eles, mas conversando COM eles. Para isso, utilizei as oficinas socioeducativas do PPSC bem como o Grupo Focal. Consegui, nesse tempo de trabalho, ouvir as vozes desses jovens, que clamam por ser ouvidos, porém, não posso desconsiderar que esse objetivo foi principalmente conquistado pelo fato de eu fazer parte do grupo de oficinairos e, portanto, já ter um vínculo construído com esses jovens.

Com as falas dos adolescentes, pude perceber que, quando questionados sobre os seus direitos, não conseguem nomear, atribuir, especificar quais são e o que é um direito. Porém, partem de suas experiências pessoais para exemplificar os direitos que, a todo momento, são negligenciados e negados. Dessa forma, não falam partindo de uma perspectiva do que TEM direito, mas a partir do que sabem NÃO TER direito. Tal percepção fez com que eu refletisse sobre o meu papel como educadora nas oficinas socioeducativas e no trabalho que desempenho com esses adolescentes.

Falar, mencionar, dizer, refletir, pensar, problematizar os direitos desses jovens deve fazer parte da educação na socioeducação, deve integrar, de forma efetiva, os trabalhos realizados com esses adolescentes, uma vez que a ação educativa tem sempre uma dimensão política. Sendo democrática, deve apostar na capacidade dos sujeitos de reflexão e de participação na própria construção inserida na construção do mundo (CRAIDY, 2014). Dessa forma, trabalhando com os direitos que esses adolescentes possuem, os mesmos passaram de participantes passivos de sua construção no mundo, para um protagonismo e uma tomada de consciência sobre o seu lugar na sociedade.

Assim, o papel da medida socioeducativa poderá ter um significado muito maior na vida dos jovens, fazendo sentido, “cabendo” no seu cotidiano e influenciando nas suas tomadas de decisões.

Com essas considerações, pretendo compartilhar meu trabalho com a equipe do PPSC e com o grupo de oficinairos, para que essa problemática seja (re)pensada e faça parte do planejamento das oficinas. Com a socialização desse trabalho com a equipe, também pretendo levar os educadores à reflexão sobre suas práticas com os adolescentes. Práticas que já têm, e precisam ter cada vez mais, um caráter de defesa dos direitos dos mesmos. Defesa que, por sua vez, se dá no cotidiano, desde o momento em que acompanhamos o jovem na confecção da carteira de identidade, até o momento em que os acompanhamos na matrícula na escola.

Por fim, finalizo esse trabalho com a consciência de que outras indagações surgem, tendo eu o sentimento de um trabalho inacabado, mas também tendo consciência dos limites do tempo e da configuração que um trabalho de conclusão de curso me coloca. Fico com os seguintes questionamentos: os adolescentes que cometem ato infracional consideram ter direitos diferentes dos adolescentes que não cometeram? Como que se dá a conceitualização de “menor de idade” para esses jovens? E o que pensam sobre uma política específica para adolescentes autores de ato infracional?

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BECKER, Maria Josefina. Liberdade Assistida. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al. **Medidas Socioeducativas entre A&Z**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal nº 8069 de 13 de Junho de 1990.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**: Lei Federal nº 12594 de 18 de janeiro de 2012.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: CONANDA, 2006.

CARVALHO, Salo de (Org.). Avanços e Desafios da Justiça Penal Juvenil no Rio Grande do Sul: estudo de caso. In: CRAIDY, Carmem Maria; Lazzaroto, Gislei Domingas Romanzini; OLIVEIRA, Magda Martins de (Org). **Processos Educativos com Adolescentes em Conflito com a Lei**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

COSTA, Ana Paula Motta. **Os Adolescentes e seus Direitos Fundamentais**: da invisibilidade à indiferença. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

CRAIDY, Carmem Maria; GONÇALVES, Liana Lemos. **Medidas Sócio-educativas da Repressão à Educação: a experiência do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CRAIDY, Carmem Maria. Educação. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al. **Medidas Socioeducativas entre A&Z**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

D'OLLIVEIRA, Mônica. **A Violência Urbana Como Espetáculo Midiático**: o papel da imprensa na disseminação da cultura do medo. Rio de Janeiro: 2007.

FLORES, Paula Santos. **Oficina Socioeducativa**: oficina com adolescentes em medidas socioeducativas. Porto Alegre, UFRGS: 2011. 109 f. (Dissertação- Mestrado em Educação)- Programa de Pós Graduação em

Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FLORES, Paula Santos; Lazzarotto, Gislei Domingas Romanzini. A Oficina Socioeducativa. In:CRAIDY, Carmem Maria; Lazzaroto, Gislei Domingas Romanzini; OLIVEIRA, Magda Martins de(Org). **Processos Educativos com Adolescentes em Conflito com a Lei**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FLORES, Paula Santos; CHAVES, Thayane. Oficina Socioeducativa. In:LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al. **Medidas Socioeducativas entre A&Z**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

GIROTTO, Willian Mella. Liberdade Assistida. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini et al. **Medidas Socioeducativas entre A&Z**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

KIND, Luciana. **Notas para o Trabalho com a Técnica de Grupos Focais**. In: Psicologia em revista. Belo Horizonte:2004. Vol. 10, nº15.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. Políticas Juvenis e Subjetividade: interface com a Psicologia. In:CRAIDY, Carmem Maria; Lazzaroto, Gislei Domingas Romanzini; OLIVEIRA, Magda Martins de(Org). **Processos Educativos com Adolescentes em Conflito com a Lei**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Magda Martins. A Entrevista Inicial. In:CRAIDY, Carmem Maria; Lazzaroto, Gislei Domingas Romanzini; OLIVEIRA, Magda Martins de(Org). **Processos Educativos com Adolescentes em Conflito com a Lei**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

ROCHA, Maria Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa Intervenção e a Produção de Novas Análises. In: **Revista Psicologia ciência e profissão**. Brasília: 2003, 23 (4), 64-73.

SANTANA, Liliane Szczepanski. **A Medida Sócio-Educativa de Prestação de Serviços à Comunidade**: estudo de caso em uma unidade de execução. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In:ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org). **Um Século de Favela**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A- Roteiro de Entrevista Inicial

BANCO DE DADOS:
ENTRADA () SAÍDA ()

Roteiro para Entrevista Inicial PSC / UFRGS

SETOR: _____ Nº SEMANAS _____
INICIO: _____ TÉRMINO: _____ TÉCNICO PEMSE: _____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome completo: _____ Apelido: _____

Data de nascimento: ___/___/___ Local de nascimento: _____

Idade: _____ Sexo: []feminino []masculino

Religião: _____ Religião dos Familiares: _____

Cor: Na visão do educador: []branco []preto []pardo []indígena []amarelo
Como o adolescente se define: _____

Documentos que possui?

[] CI []CIC/CPF []Carteira de trabalho []Título de eleitor [] Certidão de Nascimento [] CNH
[]Todos []Nenhum

Endereço residencial: _____

Bairro/Vila: _____ Ponto de referência: _____

Quanto tempo reside neste local? [] 0-5 anos [] 6 – 10 anos [] 11-15 anos [] 16 ou mais

Cidade: _____ UF: _____

Fone: _____

Estado civil: []solteiro []casado []separado/divorciado [] companheiro (união estável) []viúvo

Tem filhos? [] sim [] não Quantos? _____ Moram com quem? _____

A companheira tem filhos? [] sim [] não Quantos? _____ Moram com quem? _____

DADOS SOCIAIS/PESSOAIS

O que você gosta de fazer? _____

O que você sabe fazer bem? _____

O que você faz quando não está na escola (ou no trabalho)? (sublinhar se é escola ou trabalho)

Você pratica esportes regularmente? sim não

Você usava drogas? sim não eventualmente regularmente

Você usa drogas? sim não eventualmente regularmente

Quais? álcool cigarro maconha cocaína crack solventes outras

Você porta armas? sim não

Quais? arma de fogo facas/canivetes Outras - Especificar: _____

Você participa de algum grupo/gangue/galera? (sublinhar qual) sim não

Prostituição/Exploração Sexual? sim não

eventual profissional

23) Saúde:

tratamentos - Especificar: _____

cirurgias - Especificar: _____

medicamentos - Especificar: _____

alergias - Especificar: _____

doenças - Especificar: _____

diagnóstico psiquiátrico - Especificar: _____

Portador de HIV? sim não Em janela

Como você define a sua orientação sexual (escolha do parceiro)

heterossexual homossexual bissexual

Abuso Sexual? sim não Onde/ Por quem? _____

Agressão (Maus tratos)? sim não Onde/ Por quem? _____

SITUAÇÃO ESCOLAR

Você estuda?

SIM, Rede particular SIM, Rede Pública NÃO, Já frequentou NÃO

Em que série está?

Classe de alfabetização

Ensino fundamental 1ª série

Ensino fundamental 2ª série

Ensino fundamental 3ª série

Ensino fundamental 4ª série

Ensino fundamental 5ª série

Ensino fundamental 6ª série

Ensino fundamental 7ª série

Ensino fundamental 8ª série

Ensino médio 1º ano

Ensino médio 2º ano

Ensino médio 3º ano

Curso não seriado _____

Curso Pré-Vestibular

Curso Superior _____

Qual a sua função? _____

Quantas horas você trabalha por semana?

menos de 10 horas

21 - 30 horas

11 - 20 horas

31 - 40 horas

mais de 40 horas

Horário? _____

Emprego/atividades anteriores: _____

SITUAÇÃO FAMILIAR E SÓCIO-ECONÔMICA

Quem é o responsável por você? Nome: _____

mãe pai mãe e pai parentes - Especificar: _____ Outros - Especificar: _____

(se não for pai ou a mãe, perguntar a escolaridade)

1º 2º 3º 4º 5º 6º 7º 8º (ENSINO FUNDAMENTAL)

1º 2º 3º 4º (ENSINO MÉDIO)

1 ano 2 anos 3 anos 4 anos ou mais - completo (ENSINO SUPERIOR)

Curso profissionalizante

Não respondeu

Não sabe

Nunca foi a escola

No que seu responsável trabalha?

Empregado - Especificar: _____

Setor informal - Especificar: _____

Profissional liberal - Especificar: _____

Não respondeu Não sabe

Nome da mãe: _____

Escolaridade da mãe (ATÉ QUE SÉRIE A SUA MÃE FREQUÊNTOU A ESCOLA?)

1º 2º 3º 4º 5º 6º 7º 8º 9º (ENSINO FUNDAMENTAL)

1º 2º 3º 4º (ENSINO MÉDIO)

1 ano 2 anos 3 anos 4 anos ou mais - completo (ENSINO SUPERIOR)

Curso profissionalizante Não respondeu Não sabe

No que sua mãe trabalha?

Empregado - Especificar: _____ empregada doméstica

Profissional liberal - Especificar: _____

Outros - Especificar: _____

Setor informal - Especificar: _____

Não respondeu

dona de casa/do lar

Não sabe

Nome do pai: _____

Escolaridade do pai: (ATÉ QUE SÉRIE O SEU PAI FREQUÊNTOU A ESCOLA?)

1º 2º 3º 4º 5º 6º 7º 8º 9º (ENSINO FUNDAMENTAL)

1º 2º 3º 4º (ENSINO MÉDIO)

1 ano 2 anos 3 anos 4 anos ou mais - completo (ENSINO SUPERIOR)

Curso profissionalizante

Não respondeu

Não sabe

No que seu pai trabalha?

Empregado - Especificar: _____ Não respondeu

Profissional liberal - Especificar: _____

Não sabe

Setor informal - Especificar: _____

Renda familiar: R\$ _____

Quantas pessoas moram na casa? _____

Nº de dependentes? _____

Condições de moradia:

Espécie

- Particular permanente
 Particular improvisado
 Coletivo

Tipo

- Casa
 Apto
 Cômodo

Este domicílio é:

- Próprio já pago
 Próprio – ainda pagando
 Alugado
 Cedido por empregador
 Cedido de outra forma
 Outra condição

DADOS DO ATO INFRACIONAL

Nº Processo: _____

AI _____

Há quanto tempo foi cometida a infração?:

- Até 45 dias Até 3 meses Até 1 ano Mais de 1 ano - Especificar: _____

Estava sob o efeito de drogas? sim não **Qual?** _____

Portava arma? sim não **Qual?** _____

Estava acompanhado? sim não Com quem estava? _____

Onde foi cometida a infração :

Porto Alegre: Bairro/Vila _____ Grande Porto Alegre Litoral Especificar: _____

Outros Especificar _____

É a primeira infração? sim não

Infração(s) anterior - Especificar: _____

PRIVAÇÃO DE LIBERDADE/ABRIGAMENTO/SITUAÇÃO DE RUA

Você já esteve privado de liberdade ou já esteve preso?

sim: especifique conforme abaixo: não

Quantas vezes? _____ **Quanto tempo?** _____ **Instituição (Em qual lugar você permaneceu?)**

ICS IJM CJ CJA IEF Outros, especifique _____

Está cumprindo outra medida ou determinação de atendimento? sim não

Qual?

- LA - Nome do orientador: _____ Escola de Pais
 Reparação do dano Terapia - Especificar: _____
 Tratamento de drogadição Outros - Especificar: _____
 Reingresso na escola

Já viveu em Abrigo?

Sim **Qual?** _____ **Quanto tempo?** _____

Vive/Viveu em situação de rua? (sublinhar se vive ou se viveu) Sim Não

Quando? _____ **Há quanto tempo?** _____

Por que? _____

Tem referência familiar/comunitária? _____

Data do questionário: ____ / ____ / ____

Preenchido por: _____

APÊNDICE B- Carta de Aceite da Instituição

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição: Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC) – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Exclusão e Violência Social (NUPEEVS) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Nome da Coordenadora: Magda Martins de Oliveira

Endereço: Av. Paulo Gama s/nº, Prédio 12201, sala 610

Bairro: Farroupilha Fone: (51) 3308 3082

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

A coordenação está ciente das condições para que a aluna Jessica Freitas da Silva, regularmente matriculada no Curso de Pedagogia Licenciatura da UFRGS, realize sua prática de pesquisa no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC).

A aluna irá realizar sua pesquisa com jovens que cumprem medida socioeducativa no PPSC. Os responsáveis por estes jovens foram consultados para esta decisão e assinam sua concordância.

ASSINATURA DA COORDENADORA RESPONSÁVEL

DATA: ____/____/____

CARIMBO/INSTITUIÇÃO